

AGENDA LEGISLATIVA - 16 A 19/11/2021

-

PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL

PLENÁRIO - SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA

17/11/2021 - QUARTA-FEIRA (16H)

4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2021

Aprova o texto do Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, celebrado em Brasília e em Washington, em 19 de outubro de 2020.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pendente de parecer

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL AO PROJETO

ARGUMENTAÇÃO: O presente acordo tem por objetivo facilitar e dar transparência ao processo investimento por parte dos dois países. Seus mecanismos atuam por meio da eliminação de burocracias alfandegarias e simplificação/harmonização de procedimentos. O acordo pode favorecer investimentos e parcerias diretos no setor agropecuário.

RESULTADO: Aprovado. A matéria vai à promulgação.

-

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL - AUDIÊNCIAS E EVENTOS

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 16/11/2021

TERÇA-FEIRA (10H) - REMOTA

PAUTA: Debater a Norma Regulamentadora 36 - NR 36

PARTICIPANTES:

- Romulo Machado e Silva - Ministério do Trabalho e Previdência;
- Marcelo Osório - Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA;
- Silvana Moreira Battaglioti - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins - CNTA;
- Rafael Ernesto Kieckbusch - Confederação Nacional da Indústria - CNI;
- Geni Dalla Rosa de Oliveira - Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação - CONTAC;
- Alexandre Perlatto - Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes - ABIEC;
- Roberto Ruiz - Comissão de Criação da NR 36;
- Aida Cristina Becker - Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT;
- Gil Marcos de Oliveira Reis - Associação Brasileira de Frigoríficos - ABRAFRIGO;
- Gerardo Iglesias - União Internacional das Associações de Trabalhadores em Alimentos, Agricultura, Hotelaria, Restauração, Tabaco e Afins - UITA;
- Luciana Paula Conforti - Associação Nacional de Magistrados do Justiça do Trabalho - ANAMATRA;
- Sandro Eduardo Sardá - Ministério Público do Trabalho.

REQUERIMENTOS:

- REQ 4/2021 - CAS, Senador Paulo Paim
- REQ 9/2021 - CAS, Senador Luis Carlos Heinze e outros
- REQ 18/2021 - CAS, Senador Paulo Paim

-

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

-

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 17/11/2021

QUARTA-FEIRA (10H) - REMOTA

Sem interesse direto do setor - Apenas para conhecimento

PAUTA: Debater as Perspectivas de Concretização do Direito Social à Saúde no Contexto da Reforma Tributária

PARTICIPANTES:

- Fábio Ferreira Cunha - Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica;
- Bruno Sobral Diretor - Confederação Nacional de Saúde;
- Marco Aurélio Ferreira - Associação Nacional de Hospitais Privados;
- Luiz Fernando Corrêa Silva - Federação Brasileira de Hospitais;
- Nelson Mussolini - Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Sindusfarma;
- Luciene Ferreira Gaspar Amaral - Servidora da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde.

REQUERIMENTOS:

- REQ 4/2021 - CAS, Senador Paulo Paim
- REQ 9/2021 - CAS, Senador Luis Carlos Heinze e outros
- REQ 18/2021 - CAS, Senador Paulo Paim

-

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CRA E CMA

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA - 19/11/2021

QUARTA-FEIRA (8H) - REMOTA

PAUTA: Terceira audiência pública conjunta para debater o licenciamento ambiental e instruir o PL 2159/2021, de origem da Câmara dos Deputados, que “dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e nº 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988”.

PARTICIPANTES:

- Larissa Carolina Amorim dos Santos, Subsecretária de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura;
- Nilvo Silva, Especialista em sustentabilidade, direitos humanos e mudanças climáticas;
- Vanessa Prezotto Silveira, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Suely Araújo, Ex-Presidente do IBAMA e representante do Observatório do Clima.

REQUERIMENTOS:

- REQ 46/2021 - CMA, Senador Jaques Wagner (PT/BA)
- REQ 61/2021 - CMA, Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA)
- REQ 6/2021 - CRA, Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

-

COMISSÕES DO SENADO FEDERAL - REUNIÕES DELIBERATIVAS

COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA

DO CONSUMIDOR - CTFC

DELIBERATIVA - 16/11/2021 - Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

TERÇA-FEIRA (14H30) - EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

3 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N° 4, DE 2019 (Não Terminativo)

Nos termos dos arts. 102-A, inciso I, e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com os incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, apresento a presente Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), destinada a apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), relação entre as recentes mudanças na condução das políticas climáticas e de prevenção e controle do desmatamento e o aumento das taxas de desmatamento na Amazônia. A análise deverá incluir a efetividade de programas, ações, projetos e estrutura de governança afetos a essas políticas, com ênfase no ano de 2019, e concluir sobre eventual responsabilidade por ação ou omissão da atual gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação

Posicionamento FPA: FAVORÁVEL.

RESULTADO: Aprovado o relatório prévio.

7 - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 134, DE 2016 (Terminativo)

Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados.
Autoria: Senador Aécio Neves

TRAMITA EM CONJUNTO O PROJETO DE LEI DO SENADO N° 135, DE 2016 - (Terminativo)

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016

Posicionamento FPA: ACOMPANHAR

RESULTADO: Retirado de pauta.